



02 NOVIDADE

Empresas firmam pacto anticorrupção

Organizações vinculadas a setores do empresariado e da sociedade civil articuladas com as Nações Unidas lançaram no Brasil o **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção**. Após permanecer em consulta pública de dezembro de 2005 a março deste ano, o documento foi aprovado por ocasião da Conferência Internacional 2006 do Instituto Ethos, em junho último.

As mais de 200 empresas e entidades signatárias comprometem-se com a adoção e a propagação de boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos.

Relatório recente da Controladoria Geral da União revela que em pelo menos 70% dos municípios há casos comprovados de corrupção, improbidade administrativa ou má gestão de recursos públicos. A maioria ocorre com verbas sociais ou de infra-estrutura, áreas fundamentais para a promoção da justiça social e o desenvolvimento econômico.

O fato de o Brasil figurar entre os países mais corruptos do mundo abriu o debate sobre a necessidade de medidas e reformas para cercear a corrupção, entre as quais o fim dos caixas 2 em campanhas eleitorais e a transparência das contribuições de campanhas. A iniciativa é uma espécie de "auto-regulação". Parte do princípio de que a concorrência pelos serviços públicos e estatais deve transcorrer dentro de parâmetros legítimos, nunca por meios escusos.

Segundo os idealizadores do movimento, esse compromisso voluntário das empresas em favor da ética nos negócios deve representar um marco para novos tempos nas relações Estado – iniciativa privada e nas relações das empresas com o mercado. Começa a se constituir na sociedade civil um embrião de um grupo de empresas que podem vir a se transformar em catalisadoras de uma nova cultura empresarial de radical e ininterrupto combate à corrupção em todos os níveis. Entre as medidas propostas está a criação de uma ouvidoria para casos de corrupção.

"O pacto marca o engajamento definitivo da comunidade empresarial em um caminho sem retorno para a erradicação de um dos nossos maiores males: inicia um processo em que as empresas engajadas serão progressivamente agentes de mudança cultural e estimuladores de uma nova cidadania, que não faz acordos e não transige com o crime e o banditismo", afirmam o presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young, e o diretor da Patri Relações Governamentais e Políticas Públicas, Carlos Eduardo Lins da Silva. Ambas as entidades são ONGs protagonistas do movimento.

Saiba mais: www.patri.com.br

"A atividade política só se justifica se o político tiver espírito republicano, ou seja, se suas ações, além de buscarem a conquista do poder, forem dirigidas para o bem público".

Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV)